

## LANÇAMENTO

### LIVRO DEBATE A LIGAÇÃO ENTRE ARTE E POLÍTICA

instalar um ateliê coletivo e recebe a adesão de novos artistas. Começa uma nova fase de participação em importantes salões, com várias premiações. Em 1951, é criado o Salão Paulista de Arte Moderna e, neste mesmo ano, em que os artistas japoneses retomam o Salão Seibi – exposição concebida em 1938 – ela passa a ser anual. “Os salões Seibi abriram as portas também para brasileiros, permitindo, finalmente, maior integração da comunidade artística brasileira com a japonesa”, acrescenta o professor da USP.

**INTEGRAÇÃO** O diálogo dos artistas do Seibi com brasileiros era comum. Yoshiya Takaoka, por exemplo, conviveu com pintores do Santa Helena a partir de 1931, participou do Núcleo Bernardelli e, entre 1948 e 1949, participou da formação do Grupo15, com Tomoo Handa, Tamaki, Flávio-Shiró, Geraldo de Barros e outros 11 artistas. Participou, também, da formação do Grupo Guanabara, em 1959, em São Paulo. Segundo Spinelli, o Seibi foi o que teve a maior duração de todos eles, mantendo os salões anuais e incorporando novos artistas a cada ano, até 1972.

Spinelli estranha o fato de nenhum curador ou empresário ter se mobilizado para comemorar a data. Em sua opinião, nem a academia reconhece adequadamente a particularidade desses artistas, imigrantes que, em sua maioria, vieram trabalhar nos cafezais brasileiros e surpreenderam pela qualidade de sua arte e por sua organização como grupo.

Simone Pallone



Onde encontrar, nos dias de hoje, alternativas ao consenso que coloca a vida humana sob o jugo do mercado? Onde estão as vanguardas estética e política? Elas ainda seriam capazes de produzir dissenso, introduzir fraturas no monolítico discurso que prega o triunfo inexorável do capitalismo? Para Jacques Rancière, professor emérito do Departamento de Filosofia da Universidade de Paris VIII, na arte e na política contemporânea é cada vez menor a capacidade dos atores envolvidos de produzir dissenso, bem como formular a emancipação da sociedade em termos de outros mundos possíveis. Em *A partilha do sensível: estética e política*, obra recém-lançada no Brasil pela Exo Experimental e pela Editora 34, o autor procura restabelecer as condições de inteligibilidade desse debate. O livro confirma Rancière entre os mais originais pensadores da atualidade. Cada capítulo se dedica a responder questões formuladas por dois filósofos, Muriel Combes e Bernard Aspe, para a revista *Alice*, a partir das análises feitas em *O desentendimento* (Editora 34, 1996), so-

bre a partilha do sensível como cerne da política. Segundo o autor, na base da política existe uma estética, que nada tem a ver com a estetização da política, própria da era das massas. Desse modo, Rancière estende à estética a análise que havia feito do texto escrito em *Políticas da escrita* (Editora 34, 1995). Se, por um lado, a política é estética, por outro, a arte pode ser considerada política, determinando relações espaço-temporais, formas de visibilidade, relações entre as formas sensíveis e seus modos de representação. Nesse sentido, “a arte faz política antes que os artistas a façam”. Segundo ele, o que se denomina arte, na tradição ocidental, remete a três grandes regimes de identificação: o regime ético das imagens; o regime poético das artes; e o regime estético das artes.

Rancière dedica-se, também, a examinar a relação entre história e ficção, refutando a afirmação de que tudo é ficção, mas reconhecendo que “escrever história e escrever histórias” constituem atividades que pertencem ao mesmo regime de verdade. Como a literatura de Flaubert e Balzac, os pesquisadores da “nova história” se voltam ao estudo do cotidiano, do homem comum, deixando de lado a narrativa dos grandes feitos, dos grandes homens. Como o discurso da nova história, o realismo também produziu um fruto espúrio: o revisionismo histórico, que busca negar o Holocausto uma vez que o absurdo do extermínio o coloca fora do âmbito do possível autorizado pelo século.

Flávia Natércia